



Simulado de Direito Penal: Fontes e Princípios

(CESPE/PRF/2013)

01) O princípio da legalidade é parâmetro fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, os tipos penais de tal natureza somente podem ser criados por meio de lei em sentido estrito.

Comentário:

Princípio da Legalidade
- CF/88, Art. 5º, XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;
- O princípio da legalidade compreende a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-BA/2019)

02) O princípio da taxatividade, ou do mandado de certeza, preconiza que a lei penal seja concreta e determinada em seu conteúdo, sendo vedados os tipos penais abertos.

Comentário:

Princípio da Taxatividade da Lei Penal
A lei deve estabelecer precisamente a conduta que está sendo criminalizada. Esse princípio é um dos corolários do princípio da legalidade, estabelecendo que não é possível a lei estabelecer incriminações vagas ou genéricas. Tal princípio não impede os tipos penais em branco.
Normas Penais em Branco
São normas que dependem de outra norma para que sua aplicação seja possível. (Não violam o princípio da reserva legal).
- As normas penais em branco são divididas pela doutrina em: * Homogêneas/Sentido Amplo/Imprópria; * Heterogêneas/Sentido Estrito/Própria.
Homogêneas/Sentido Amplo/Imprópria
A complementação da norma é feita pelo mesmo órgão que produziu a norma penal em branco. O complemento da norma é outra lei, ou seja, o complemento tem a mesma origem e mesma natureza jurídica da lei penal a ser complementada.
Heterogêneas/Sentido Estrito/Própria
A complementação da norma é realizada por órgão diverso do que produziu a norma penal em branco. A norma penal e seu complemento estão em diploma legais diversos.

Gabarito: Errado.

(CESPE/DETRAN-DF/2009)

03) O princípio da legalidade veda o uso da analogia in malam partem, e a criação de crimes e penas pelos costumes.

Comentário:

Analogia
- Analogia é uma forma de autointegração da norma penal para suprir as lacunas porventura existentes. É possível sua aplicação apenas in bonam partem (A favor do réu) no direito penal.
- O STF entende que é possível a interpretação extensiva, mesmo que prejudicial ao réu.
- Não é considerada uma fonte do direito penal e sim uma forma de integração.
- É uma modalidade legal, mas não jurídica.
- Não se confunde com a Interpretação Extensiva.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-SE/2016)

04) É possível que uma lei penal mais benigna alcance condutas anteriores à sua vigência, seja para possibilitar a aplicação de pena menos severa, seja para contemplar situação em que a conduta tipificada passe a não mais ser crime.

Comentário:

Princípio da Anterioridade da Lei Penal ou Irretroatividade
- Estabelece que a lei tenha que ter sido criada antes de ocorrer à criminalização para considerar a prática da conduta. Pode ser considerado sinônimo do princípio da irretroatividade da lei penal.
- É possível a retroatividade da lei penal, quando for para beneficiar o réu.
CF/88, Art. 5º, XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.



- No caso de **Leis temporárias**, a **lei principal continua produzindo** seus efeitos **mesmo após o término da vigência** das leis temporárias.
- CP/40. Art. 2º, parágrafo único, CP. A **lei posterior**, que de qualquer modo **favorecer o agente**, aplica-se aos **atos anteriores**, ainda que decididos por **sentença condenatória transitada em julgado**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-PB/2015)

05) Depreende-se do princípio da lesividade que a autolesão, via de regra, não é punível.

Comentário:

#### Princípio da Alteridade ou Lesividade

- Estabelece que o fato deva afetar o **bem jurídico de terceiro** para ser considerado **materialmente crime**.
- O Direito Penal **não pune a autolesão**, ou seja, a **ofensa ao próprio bem jurídico** da pessoa não é caso para intervenção do direito penal, **não afetando a sociedade** de maneira grave.
- O princípio da **lesividade** tem como principais **funções proibir incriminação de**:
  - \* **Atitudes internas**;
  - \* **Condutas** que **não excedam** a do próprio autor do fato;
  - \* **Simplex estados e condições existenciais**;
  - \* **Condutas moralmente desviadas** que **não afetem qualquer bem jurídico**;
- Em regra, os **atos preparatórios não são considerados crimes**, porém, o **STF** admite que a criminalização de atos preparatórios de **crimes autônomos viola o princípio da lesividade** ou alteridade.

Gabarito: Correto.

(EJEF/TJ-MG/2009)

06) Em razão do caráter fragmentário do Direito Penal, este deverá ser preferencialmente observado para a solução de conflitos, devendo abranger a tutela do maior número de bens jurídicos possível.

Comentário:

#### Princípio da Fragmentariedade

- Tal princípio determina que o direito penal somente tutele **uma pequena fração dos bens jurídicos protegidos**, operando nas hipóteses em que se verificar **lesão ou ameaça de lesão mais intensa** aos bens de **maior relevância**.
- Todos os fatos ilícitos **nem sempre** serão considerados infração penal, todavia apenas aqueles que **afetam bens jurídicos extremamente relevantes**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/TCE-RN/2015)

07) Segundo o princípio da intervenção mínima, o direito penal somente deverá cuidar da proteção dos bens mais relevantes e imprescindíveis à vida social.

Comentário:

#### Princípio da Intervenção Mínima ou Última Ratio

- Tal princípio estabelece a **limitação do Estado** em relação ao poder punitivo.
- O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra **reflexo** nos princípios da **subsidiariedade** e da **fragmentariedade**.
- O Direito penal é a considerado a **última maneira** de resolver o problema.
- As condutas do indivíduo serão criminalizadas **apenas quando existir a real necessidade de tutela aos bens jurídicos** e **não seja possível** que esse indivíduo, com os seus atos, conviva **harmônica e pacificamente em sociedade**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TCE-PR/2016)

08) Em decorrência do princípio da confiança, há presunção de legitimidade e legalidade dos atos dos órgãos oficiais de persecução penal, razão pela qual a coletividade deve guardar confiança em relação a eles.

Comentário:

#### Princípio da Confiança

- Tal princípio dispõe que **todos podem acreditar** que as demais pessoas irão agir **de acordo** com as **normas** que disciplinam a **vida em sociedade**.

Gabarito: Errado.



(FUNDATEC/DPE-SC/2018)

09) De acordo com a presunção da inocência, é possível afirmar que ao réu não incumbe o ônus de provar a sua inocência.

Comentário:

**Princípio da Presunção de Inocência ou Presunção de Não Culpabilidade ou Do Estado de Inocência**

- É o **maior pilar** do Estado Democrático de Direito.
- CF/88, Art.5, LVII - **ninguém** será considerado **culpado até o trânsito em julgado** de sentença penal condenatória;
- Enquanto não existir uma sentença criminal condenatória **irrecorrível, não é possível** o acusado ser considerado **culpado**.
- O princípio da presunção de inocência possui **ordem constitucional** devendo as normas infraconstitucionais respeitá-lo.
- A **prisão provisória** (prisão decretada **no curso do processo**) **não ofende a presunção de inocência**, sendo tratada como uma **prisão cautelar** e **não como cumprimento de pena**.
- **Súmula 9/STJ** - A exigência da **prisão provisória**, para **apelar**, **não ofende** a garantia constitucional da **presunção de inocência**.
- A **prisão cautelar** como **antecipação da pena** é **inadmissível**, sendo utilizada apenas quando **devidamente fundamentada**.
- O réu não precisa produzir prova **contra sua própria pessoa**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/STJ/2018)

10) É possível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a administração pública, desde que o prejuízo seja em valor inferior a um salário mínimo.

Comentário:

**Princípio da Insignificância ou da Bagatela**

- Em regra, o **princípio da insignificância** se aplica a **qualquer delito, salvo**:
  - \* **Furto qualificado**;
  - \* **Moeda Falsa**;
  - \* **Tráfico de drogas**;
  - \* **Roubo ou qualquer crime com violência ou ameaça à pessoa**;
  - \* **Crimes contra a Administração**;
- **STJ/Súmula 599**: "O princípio da insignificância é **inaplicável** aos **crimes contra a administração pública**".
- O **princípio da insignificância** é, em regra, **incabível nos crimes contra a administração pública, salvo** no crime de **descaminho** com valor **até 20 mil reais**. Até R\$ 20.000,00 é considerado insignificante para o **STF e o STJ**.
- Conforme o **STF**, O princípio da insignificância pode ser **afastado** no caso de **reincidência específica** que é a **prática reiterada** de crimes da **mesma espécie**. (HC-114723) (Informativo 756 do STF)

Gabarito: Errado.